

Assessores de Bolsonaro querem que discurso na ONU mostre comprometimento com clima

Depois de Jair Bolsonaro fazer discursos na ONU acusando países ricos de “espírito colonialista” e instituições internacionais de manterem “interesses escusos” na Amazônia, auxiliares trabalham para que a fala do mandatário na próxima Assembleia-Geral tenha menor componente ideológico e transmita comprometimento com a preservação ambiental.

O pronunciamento do brasileiro, que no próximo dia 21 deve abrir a cúpula, é visto por diplomatas e militares como um importante palco internacional para tentar reduzir o desgaste da imagem do país na área ambiental.

O retrato de Bolsonaro como um líder descompromissado com a proteção da

Amazônia e hostil a comunidades tradicionais -aliado ao avanço do desmatamento no bioma- é considerado por assessores diplomáticos como um dos principais obstáculos do país na agenda externa.

O pronunciamento está sendo redigido em conjunto pelo Itamaraty e pelo Palácio do Planalto -que terá a palavra final e ainda pode alterar o teor do texto ou de partes deles. A expectativa da ala mais moderada do governo, porém, é que no plano ambiental o eixo da declaração seja a reafirmação de compromissos assumidos na Cúpula do Clima em abril.

Na reunião, liderada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, Bolsonaro prometeu acabar com o desmatamento ilegal no Brasil até

2030. Ele ainda antecipou a meta para o país atingir a neutralidade climática para 2050 -o prazo anterior era 2060.

Diante de um ambiente de ceticismo entre parceiros estrangeiros, o atual desafio, segundo auxiliares, é mostrar que as promessas feitas em abril serão cumpridas.

Para isso, Bolsonaro foi aconselhado a destacar em seu pronunciamento o reforço orçamentário feito no Ibama e no ICMBio, agências ambientais que fazem o combate a ilícitos ambientais.

A expectativa é que ele também lembre em sua fala as recentes contratações de brigadistas para o combate a incêndios e as sucessivas renovações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) na Amazônia.

Ricardo Della Coletta/Folhapress



Economia



Aumenta pessimismo do brasileiro com situação financeira, aponta Febraban Pg - 03

Governo revisa inflação no ano de 6,2% para 8,4%, e conta deve estrangular Orçamento de 2022

Página - 03



Dono da mineira Belvitur negocia a compra da Flytour Página - 05

Camil compra Seletto e entra no ramo do café Página - 05



Política

Reforma do IR deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, diz estudo

Página - 04

Lira diz que votação da reforma administrativa deve ser adiada para próxima terça

Página - 04

No Mundo

EUA, Reino Unido e Austrália anunciam novo pacto para conter a China



O Pacto de Aukus reúne os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália para fazer frente às pretensões territoriais da China no Indo-Pacífico. O acordo, no âmbito da Segurança e Defesa, prevê que Camberra possa construir, pela primeira vez, submarinos com capacidade nuclear, mas também a estreita colaboração das três nações ao nível das capacidades cibernéticas, quânticas e de inteligência artificial.

Os analistas consideram o acordo como um dos mais significativos nas áreas de segurança e defesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O pacto vai permitir à Austrália a construção de submarinos

com propulsão nuclear, com o apoio dos aliados, Estados Unidos e Reino Unido.

“Estamos investindo na maior fonte de força: as nossas alianças. Estamos nos atualizando para enfrentar, da melhor forma, as ameaças de hoje e de amanhã. Estamos ligando os aliados e parceiros da América de novas formas”, afirmou o presidente norte-americano, Joe Biden, ladeado pelas imagens dos líderes britânico e canadense, em imagens transmitidas pelos canais de televisão.

Sobre os submarinos, os Estados Unidos e a Austrália garantiram que Camberra não irá recorrer a armas nucleares, ainda que tenham capacidade para as transportá-las.

“Permitam-me ser muito claro: a Austrália não quer obter armas nucleares ou alcançar uma capacidade nuclear civil”, disse Scott Morrison, o primeiro-ministro australiano.

O país é um dos signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que visa a impedir a aquisição e o desenvolvimento de armas nucleares.

Ainda assim, este é o primeiro acordo em várias décadas de partilha de informação e tecnologia com capacidade de propulsão nuclear. Antes dessa quarta-feira, a última vez que os Estados Unidos tinha firmado esse tipo de entendimento foi em 1958, com o Reino Unido.

RTP/ABR

Itália torna certificado anti-Covid obrigatório para trabalhadores

O governo italiano aprovou nesta quinta (16) um decreto que tenta pressionar ao menos 4 milhões de trabalhadores italianos a se vacinarem contra a Covid.

Esse é o número dos que ainda não têm o chamado passe verde, que atesta proteção contra o coronavírus e passa a ser obrigatório para todos os trabalhadores, dos setores público e privado, a partir de 15 de outubro.

Quem não apresentar o comprovante será suspenso sem remuneração —a partir do primeiro dia, para o setor privado, e do quinto dia para os servidores— e estará sujeito a uma multa de até 1.000 euros (mais de R\$ 6.000).

Haverá sanções também para os empregadores que não fiscalizarem o porte do passe. Os funcionários não poderão ser demitidos nem punidos por não apresentar o documento.

Segundo o decreto, a exigência vale também para empregados domésticos, trabalhadores autônomos, como encanadores e eletricitistas, e voluntários em entidades beneficentes.

O passe verde pode ser obtido também por quem tem um teste negativo para coronavírus feito em no máximo 48 horas, mas esses exames deixarão de ser gratuitos no país, a não ser para os que não podem ser vacinados por ordem médica.

Ana Estela de Sousa/Folhapress



Deputados democratas tentam bloquear status do Brasil como aliado extra-Otan dos EUA



Deputados do Partido Democrata apresentaram uma emenda ao orçamento de Defesa dos Estados Unidos que proíbe o governo americano de usar recursos públicos para beneficiar o Brasil em decorrência do status do país de aliado prioritário extra-Otan.

Esse mecanismo foi concedido ao país em julho de 2019 pelo então presidente americano, Donald Trump, alinhado ao brasileiro Jair Bolsonaro. Ser um aliado extra-Otan possibilita, de acordo com a Casa Branca, “colaboração no desenvolvimento de tecnologias de defesa, acesso privilegiado à indústria de

defesa dos EUA, aumento em intercâmbios militares, exercícios e treinamento conjuntos, além de acesso especial a financiamento para equipamentos militares”.

A emenda do deputado democrata Jesus Garcia (Illinois), copatrocinada por outros congressistas do partido, estabelece que recursos dos contribuintes americanos não poderão ser usados para “reconhecer a designação do Brasil como um aliado extra-Otan prioritário ou para oferecer, conferir, facilitar ou dar ao Brasil os benefícios decorrentes desse status”.

Na prática, caso o texto seja incorporado ao Ato de Autorização de Defesa Na-

cional do Ano Fiscal 2022 (o orçamento da Defesa americana), essa cooperação militar entre os países fica inviabilizada.

A emenda ainda será votada na Câmara dos Representantes e, depois, segue para o Senado americano. Um projeto semelhante chegou a ser apresentado em 2019 e em 2020, mas não foi aprovado. Desta vez, no entanto, há uma maioria, ainda que apertada, de democratas nas duas Casas do Congresso —220 a 212 na Câmara, e 50 a 50, com o voto de desempate sendo da vice-presidente, Kamala Harris, no Senado.

Patricia Campos Mello/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Aumenta pessimismo do brasileiro com situação financeira, aponta Febraban



Em meio às incertezas quanto ao quadro econômico e político do Brasil nos próximos meses, a reabertura da economia provocada pela vacinação não tem sido suficiente para animar os brasileiros quanto às perspectivas de crescimento da economia no curto prazo. Com relação à própria situação financeira, o pessimismo aumentou.

Segundo a terceira edição da pesquisa trimestral Radar Febraban de evolução da expectativa econômica dos brasileiros, cerca de dois terços dos entrevistados disseram esperar por sinais mais consistentes de melhoria da economia somente a partir do ano que vem, em linha com os re-

sultados extraídos em junho. Na outra ponta, apenas 9% acreditam em uma recuperação firme da atividade doméstica ainda em 2021.

O levantamento mostrou também que cerca de 55% da população diz não esperar que a própria situação financeira se recupere ainda em 2021.

O resultado representa uma ligeira deterioração na percepção dos entrevistados - em junho, foram 52% os que disseram não ver perspectivas de melhorias em sua situação. Apenas 18% responderam ter a expectativa de melhorar a situação financeira neste ano, queda de cinco pontos percentuais em relação a junho.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto de Pesquisas

Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) com 3.000 pessoas entre os dias 2 e 7 de setembro. A margem de erro é de 1,8 ponto percentual para mais ou para menos.

O aumento do desemprego e a queda do poder de compra, bem como a elevação da inflação, do custo de vida e da taxa de juros aparecem como as principais preocupações no radar dos entrevistados.

Para aproximadamente 75% deles, tanto os juros como a inflação e o custo de vida tendem a aumentar no horizonte de seis meses à frente. E cerca da metade espera por um aumento do desemprego e por uma queda no poder de compra.

Lucas Bombana/Folhapress

Governo revisa inflação no ano de 6,2% para 8,4%, e conta deve estrangular Orçamento de 2022



O Ministério da Economia revisou nesta quinta-feira (16) a projeção oficial para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no encerramento de 2021 de 6,2% para 8,4%. A piora no indicador pressiona o teto de gastos, que limita as despesas do governo, e deve provocar um estrangulamento nas contas de 2022.

O relatório da pasta manteve a estimativa para o PIB deste ano em uma alta de 5,3%.

Para formular o projeto de Orçamento do próximo ano, enviado ao Congresso no fim de agosto, o governo estimou que INPC seria de 6,2% em 2021. A projeção era considerada defasada por integrantes do Ministério da Economia e

Intenção de consumo das famílias tem quarta alta consecutiva, diz CNC

A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) de setembro, divulgada quinta (16) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresentou o melhor resultado desde março de 2021, alcançando 72,5 pontos. A pesquisa varia de zero a 200 pontos, sendo que resultados acima de 100 indicam satisfação e abaixo de 100, insatisfação.

Com ajuste sazonal, a série apresentou crescimento mensal de 1,9%. “Esse foi o quarto crescimento consecutivo”, observou, em entrevista à Agência Brasil, a economista Catarina Carneiro da Silva, responsável pela pesquisa.

O número registrado em setembro representou aumento de 7,2% em relação ao mesmo período de 2020, quando atingiu 67,6 pontos, mas continua abaixo do nível

de satisfação de 100 pontos, o que acontece desde abril de 2015, quando o ICF marcou 102,9 pontos.

Segundo Catarina, a perspectiva de consumo continua a ser o indicador com maior crescimento (+3,7%), a exemplo do que ocorreu nos meses anteriores, enquanto o nível de consumo atual atingiu o maior nível desde maio de 2020, da ordem de 57,6 pontos, com alta de 2,4%. “Ou seja, no curto prazo, as famílias já estão vendo o seu consumo próximo ao que era no período pré pandemia e a perspectiva é que continue crescendo”.

A economista da CNC avaliou que a perspectiva continua positiva, apesar da inflação. Ela admitiu que a inflação afeta o consumo, tanto que a análise do momento para bens duráveis sofreu variação mensal negativa de 0,5%.

Alana Gandra/ABR



também pelo mercado, que já esperava um resultado mais elevado, superior a 8%.

Para cada 0,1 ponto percentual adicional de INPC, o governo estima que seus gastos seriam ampliados em R\$ 790 milhões no ano. Isso porque despesas públicas, como aposentadorias e pensões, são corrigidas pela inflação.

Portanto, a atualização das projeções deve representar um gasto adicional de R\$ 17,4 bilhões em 2022.

O problema é que Orçamento do ano que vem foi elaborado ocupando todo o espaço do teto de gastos. Por isso, aumentos na projeção de despesas precisam ser compensados com cortes em outras áreas.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, negou que o Orçamento de 2022 será inviabilizado e disse que não há risco para o funcionamento da máquina pública. Segundo ele, o governo respeitará a regra do teto e promoverá um corte em despesas para acomodar esse gasto excedente.

“O que vai acontecer com o aumento do INPC é que as despesas obrigatórias irão aumentar, e nós naturalmente reduziremos as despesas discricionárias”, disse.

O secretário, no entanto, não explicou como isso será feito de forma a não prejudicar a prestação dos serviços públicos.

Bernardo Caram/Folhapress

Política

Reforma do IR deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, diz estudo



Do jeito que está hoje, o texto da reforma do Imposto de Renda deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, segundo estudo exclusivo do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades), da USP.

Na noite do último dia 1º, a Câmara aprovou o texto-base do projeto de lei que muda as regras do Imposto de Renda, após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ter chegado a um acordo com a oposição. A reforma agora segue para o Senado.

Nos moldes atuais, o Imposto de Renda para pessoas físicas é responsável por re-

duzir em 2,51% a desigualdade na renda. Caso o texto atual seja aprovado no Senado, esse efeito passaria a ser de 2,71%, ou seja, uma melhora de somente 0,2 pontos percentuais na progressividade do sistema.

O texto atual prevê, entre outras mudanças, o corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPJ (o governo queria redução para 12,5% em 2022 e 10% em 2023), além de corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

Entre a proposta original do governo e o que foi modificado na Câmara, porém, a reforma acabou sendo in-

fluenciada por pressões, que fizeram com que o percentual cobrado pela distribuição de lucros e dividendos passasse de 20% para 15%.

A tributação sobre lucros e dividendos distribuídos para acionistas também foi aprovada com diversas isenções –para empresas optantes do Simples e do lucro presumido, por exemplo.

A taxação de dividendos seria um dos pontos que mais poderiam contribuir para o caráter progressivo da reforma, explica a economista Laura Carvalho, coautora do estudo, que mede o efeito direito das alterações do Imposto de Renda para pessoas físicas.

Douglas Gravass/Folhapress

Lira diz que votação da reforma administrativa deve ser adiada para próxima terça

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (16) que a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa deve ocorrer apenas na próxima terça-feira (21).

Em videoconferência realizada pela casa de investimentos Necton, Lira afirmou que o texto seria votado “de hoje para terça-feira” na comissão especial da Câmara criada para cuidar do tema.

Segundo ele, ainda há “alguns ruídos” e, por isso, o relator do texto, Arthur Maia (DEM-BA), faria nesta quinta-feira apenas a leitura do parecer. A votação ficaria para terça. “Aí pode ir ao plenário na quarta, na quinta, no tempo mais hábil possível”, disse.

As alterações feitas por Maia em seu último relatório deixaram o clima desfavorável ao projeto na Casa. Ele re-

cou da ideia de prever a possibilidade de redução de 25% da jornada de trabalho para cargos que não sejam considerados típicos de estado.

Além disso, considerou inconstitucionais emendas que tentavam incluir membros de outros Poderes e magistrados nas novas regras do serviço público, inviabilizando a estratégia de partidos que buscavam ampliar os efeitos da reforma.

O autor de um dos destaques, deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), criticou a decisão. “O Parlamento já reformou competência jurisdicional do Judiciário na emenda 45, mexeu na previdência dos magistrados e até na idade máxima de aposentadoria compulsória. Não faz sentido decidir que, justamente na matéria de privilégios, o parlamento não teria competência para decidir.”

Danielle Brant/Folhapress



Banco francês vê juro de 10% no Brasil e defende pagar precatório fora do teto



O banco francês BNP Paribas diz que a inflação no Brasil pode voltar a rodar na casa de 4,5%, anulando os ganhos dos últimos anos, e projeta que o BC deve elevar a taxa básica de juros para 10% ao ano até o final de 2021.

As novas projeções divulgadas nesta quinta-feira (16) mostram uma inflação recuando de 9% em 2021 para 4,5% no próximo ano, valor próximo do limite definido pelo governo de 5% para 2022 e acima da expectativa do Boletim Focus de 4%.

A inflação ainda vai rodar na casa de 8% até abril do ano que vem no acumulado em 12 meses, segundo Gustavo

Arruda, economista-chefe e responsável pela área de pesquisa e estratégia para América Latina do BNP Paribas.

O crescimento da economia deve recuar de 5% neste ano para 1,5% em 2022 –a projeção anterior do banco para o próximo ano era de 3%.

O economista afirma que o BC já deveria acelerar o ritmo de alta de juros na reunião da próxima semana do Copom de 1 para 1,5 ponto percentual, mas destaca que a instituição sinalizou nesta semana que não deve alterar o passo. No ritmo atual, a taxa básica não conseguiria chegar o nível contracionista até o final do ano.

“Se já se concluiu que a política monetária tem de

ir para o campo restritivo, e ela ainda está no campo expansionista, porque não fazer mais rápido. Não tem muito motivo para esperar. Se a gente não fizer logo, aumenta o risco de ter de fazer mais”, afirma Arruda.

Ele diz que, se o Copom tiver de subir juros não só para ajustar inflação para baixo, mas também ajusta as expectativas de inflação para a meta, a ação necessária pode até levar o país a uma recessão, como já ocorreu em outros momentos.

O banco avalia que o cenário internacional ainda é de forte crescimento global, impulsionado por estímulos em países desenvolvidos.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Fusões & Aquisições

Dono da mineira Belvitur negocia a compra da Flytour



O Grupo Flytour, um dos maiores em viagens corporativas no Brasil, foi duramente atingido durante a pandemia do coronavírus, quando as viagens a negócios praticamente foram interrompidas.

Com dívidas milionárias, com bancos e fornecedores, a empresa agora está prestes a ser socorrida por uma grande companhia fora do eixo Rio-SP. No mercado, a empresa apontada como a salva-vidas da Flytour seria a mineira Belvitur.

Tradicional em Minas Gerais, com muita força no mercado corporativo, a Belvitur tem quase seis décadas de atuação e um faturamento anual de R\$ 500 milhões.

Apurou-se que o CEO e sócio da companhia mineira, o empresário Marcelo Cohen, estaria dentro do escritório da Flytour, em Alphaville, em São Paulo.

Ao lado de um batalhão de advogados, já está fazendo uma due diligence na companhia e, em breve, deve anunciar a compra. Mas, como acontece em operações como essa, um concorrente pode surgir no caminho.

Pessoas próximas do empresário afirmam que Cohen estaria comprando a Flytour separadamente da Belvitur. “Nesse momento de negociação de dívidas, ele não juntaria as duas empresas”, diz um executivo a par das negociações.

Para efetuar a aquisição, ele está capitaneando um

fundo com investidores de mercado. A conversa é a de que ele estaria, inclusive, entrevistando novos executivos para compor o management da Flytour e manteria Eloi D’Avilla, um self made man que criou a empresa, no conselho de administração.

Com um faturamento de R\$ 5,6 bilhões na pré-pandemia, a Flytour viu sua receita cair 70% com a chegada da Covid-19. As dívidas com os bancos alcançaram R\$ 142 milhões e a companhia buscou uma recuperação extrajudicial.

Além da dívida com os bancos, a empresa precisa pagar seus fornecedores – o que faria a dívida alcançar, de acordo com profissionais de mercado, mais de R\$ 400 milhões.

Intuit paga US\$ 12 bi pelo Mailchimp

A Intuit está comprando a empresa de e-mail marketing Mailchimp por cerca de US\$ 12 bilhões em dinheiro e ações, uma transação que une dois negócios focados em pequenas e médias empresas.

Uma multinacional de sistemas de gestão financeira, a Intuit é dona de ferramentas como TurboTax, QuickBooks, Mint e Credit Karma.

Fundada em 2001 em Atlanta, a Mailchimp se tornou um dos maiores disparadores de email em massa do mundo, usado por milhares de empresas, incluindo o Brazil Journal.

Conhecida pela marca do macaquinho num fundo amarelo, a empresa hoje tem 13 milhões de usuários no mundo, 2,4 milhões de usuários ativos por mês e 800 mil assinantes, com metade

dos clientes fora dos EUA.

“Para dois terços das pequenas empresas, encontrar novos clientes é o maior obstáculo e mais de um quarto delas se esforça para reter os clientes existentes. Mesmo assim, quase três quartos das pequenas empresas ainda não adotaram uma solução de gerenciamento de relacionamento com o cliente (CRM),” a Intuit disse no comunicado anunciando a aquisição.

O CEO da Intuit, Sasan Goodarzi, disse que “juntas, Mailchimp e QuickBooks vão ajudar a superar as maiores barreiras dos pequenos e médios negócios para crescer, conquistar e reter clientes.”

Esta é a maior aquisição da Intuit até o momento. No ano passado, a empresa comprou o site de finanças pessoais Credit Karma por mais de US\$ 8 bilhões.

Brazil Journal



Camil compra Seletto e entra no ramo do café



A gigante do ramo de alimentos não perecíveis Camil anunciou ao mercado na noite desta segunda-feira a aquisição da marca de cafés Seletto, até então de propriedade da JDE (Jacobs Douwe Egberts) Brasil. Os valores da transação não foram divulgados.

A compra ainda precisa ser aprovada pelo Cade (órgão antitruste brasileiro). A transação marca a entrada da Camil no ramo do café, e ocorre um mês após outro movimento similar: o da aquisição, por R\$410 milhões, da fabricante de massas Santa Amália. Com o negócio, a Camil ingressou na cadeia do trigo.

A Camil hoje atua nas áreas de grãos, pescados (com a marca Coqueiro), e açúcar (é

dona das marcas União, Barra, Neve e Duçula), além da recente incursão no segmento de massas.

A empresa registrou em 2020 receita de R\$ 7,47 bilhões e lucro líquido de R\$ 462 milhões, a operação anunciada marca a entrada da companhia nos ramos de massas, achocolatados e molhos.

A companhia já havia anunciado em agosto a intenção de atuar no ramo cafeeiro. Luciano Quartiero, presidente da Camil, já disse ao GLOBO que a empresa está interessada também em ampliar sua atuação na cadeia do trigo e poderá fazer aquisições em outros subsectores da área, como farinhas e biscoitos.

O executivo já havia dito em agosto que o setor de café

tem similaridades com os de arroz, feijão, trigo e açúcar. – Faz sentido para a Camil entrar no (negócio de) café, é um mercado que como os que já atuamos tem alto giro, e possibilidade de grandes sinergias, como o uso do mesmo time de vendas e as mesmas equipes de promoção em supermercados que os segmentos em que já atuamos – disse Quartiero à época.

A JDE é uma companhia especializada em cafés e chás sediada na Holanda. No Brasil, a empresa é a dona de marcas como Pelé, Caboclo, Pilão, Café do Ponto, Damasco e L’OR.

É da marca Seletto um dos jingles publicitários mais icônicos da publicidade brasileira nos anos 1970.

Exame

Investimento

Mark Mobius espera Bolsa cair mais para voltar às compras no Brasil



Totvs, Fleury, Lojas Americanas e Yduqs são as apostas em ações brasileiras que o investidor Mark Mobius carrega hoje na carteira de seu fundo.

Conhecido como um dos maiores especialistas em países emergentes do mercado global, Mobius diz que, enquanto ainda aguarda uma queda mais pronunciada da Bolsa brasileira para eventualmente aumentar sua exposição à região, tem se voltado neste momento para oportunidades que vêm da Ásia. Em especial, da Índia, que entende oferecer atualmente as melhores oportunidades entre os mercados emergentes.

Ele afirma também que as recentes manifestações políticas não afetaram sua percepção sobre o Brasil, e avalia que a imprensa deve ter papel fundamental para o desfecho das eleições no país em 2022.

“Assim como foi com [Donald] Trump nos Estados Unidos, se toda imprensa estiver contra [o presidente Jair] Bolsonaro, o presidente terá dificuldades para ser reeleito”, afirmou Mobius, em entrevista, por telefone, de Dubai.

Ele diz ainda ver com bons olhos o aumento da regulação na China e destaca sua preocupação com relação às criptomoedas. “Vejo as criptomoedas como um

grande risco para o sistema.”

Como o senhor tem acompanhado a evolução do cenário brasileiro em meio às manifestações contra e a favor o presidente Jair Bolsonaro? É interessante notar que a moeda brasileira não teve recentemente uma desvalorização tão significativa em relação ao dólar. Essa é uma boa notícia, e ocorre por conta da alta dos juros pelo Banco Central (BC), e pela quantidade de dinheiro que tem entrado no país. É claro que essa situação pode mudar, mas, neste momento, as manifestações não parecem ter causado muito impacto.

Biznews

Regras de transparência na remuneração de investimentos começam a valer, mas mudam pouco a vida do investidor



Entrou em vigor no dia 14 de julho a aguardada regra da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) sobre transparência na remuneração da indústria de distribuição de investimentos. Ela causou burburinho quando estava sendo discutida, porque prometia trazer luz ao modelo de remuneração das plataformas de investimentos, bancos e corretoras e mostrar aos investidores os possíveis conflitos de interesse.

Na prática, porém, o investidor que tinha expectativa de saber quanto seu gerente ou assessor de investimento ganha de comissão nos produtos vendidos, pode tirar o cavaleiro da chuva.

Quem conseguir passar pela etapa de encontrar os documentos nos sites dos bancos e corretoras — mais detalhes

sobre o desafio abaixo neste mesmo texto — vai encontrar textos pouco detalhados e nenhum número sobre percentual de comissões pagas sobre a venda de produtos. Nem média, nem intervalo de cobrança. E isso tem origem na própria regra, que é vaga.

O texto final foi divulgado em 14 de maio, com 60 dias de prazo para começar a valer, lembrando que, por ser fruto de uma associação autorreguladora, ele só vale para quem é signatário do Código de Distribuição de Produtos de Investimentos da Anbima.

Não apenas a regulação e sua implantação deixaram a desejar para aqueles que achavam que iriam encontrar documentos mais detalhados ou ainda extratos com valores exatos que ficam de sua aplicação para a plataforma, assessor, gerente,

ou corretora, como também peca na hora de indicar onde o documento precisa estar.

O Valor Investe procurou em mais de 17 sites de empresas de investimentos e em nenhuma foi simples encontrar. Não há um padrão específico e nem exigência de página. Inclusive, não é obrigatório nem deixar na área aberta dos sites — se a corretora quiser colocar em sua área fechada, que só clientes têm acesso, pode.

Dos 17 sites que o Valor Investe verificou, todos estão disponíveis sem necessidade de login. Porém, sua localização varia muito, ainda que haja uma concentração em páginas de Compliance, Regras e Legislação.

Alguns, como o banco Itaú, deixam o botão para download do PDF no fim de uma lista enorme de fundos de investimentos. Valor Investe

Bitcoins: a confusão em El Salvador com a adoção da criptomoeda como moeda oficial

O preço do bitcoin na caiu para seu nível mais baixo em quase um mês — partindo de US\$ 52 mil (R\$ 274 mil) para menos de US\$ 43 mil (R\$ 227 mil).

Um político da oposição disse que a queda fez com que um dos países mais pobres da América Latina perdesse US\$ 3 milhões.

O lançamento do bitcoin em El Salvador não foi nada do que esperava o presidente Nayib Bukele quando ele iniciou sua experiência ousada.

Ao contrário do que o governo esperava, plataformas como Apple e Huawei não ofereceram a carteira digital inventada pelo governo, conhecida como Chivo. E os servidores precisaram ser desligados porque não conseguiram lidar com todos os pedidos de registros de usuários.

Mas, com o passar do dia, o Chivo começou a apa-

recer em mais plataformas e foi aceito por empresas como Starbucks e McDonald's.

O governo distribuiu a cada cidadão US\$ 30 (R\$ 158) em bitcoins, para encorajar a adoção da criptomoeda. E afirma que o bitcoin pode economizar US\$ 400 milhões (R\$ 2,1 bilhões) por ano ao país em taxas de transação sobre recursos recebidos do exterior. A economia do país depende fortemente de remessas vindas do exterior.

No entanto, baseado em dados do Banco Mundial e do governo, a BBC calcula que esse valor seja próximo a US\$ 170 milhões (R\$ 900 milhões).

O comerciante Ed Hernandez administra uma loja familiar em San Salvador, onde os clientes compram produtos essenciais como arroz, feijão e produtos de limpeza. Ele está entusiasmado com a mudança.

BBC News Brasil

Publicidade Legal

VQC Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ em constituição
Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Anônima Fechada
1. Data, Hora e Local: 14/04/2021, às 10h30, na Alameda Lorena, 1.304, conjunto 413, sala 18, São Paulo-SP ("Companhia").
2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas fundadores da Companhia, nomeadamente, (i) **Eliane Rosa Encarnação**, RG nº 27.887.568-01; e (ii) **Aluisio Giannattasio Reis**, RG nº 28.320.538-6 (SSP/SP), CPF/ME nº 173.322.828-44. **3. Mesa:** Presidente: Eliane Rosa Encarnação; Secretário: Aluisio Giannattasio Reis. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a constituição da Companhia, sob a forma de S.A. de capital fechado; (ii) a subscrição e a forma de integralização das ações da Companhia; (iii) a aprovação do Estatuto Social que regerá a Companhia; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (v) a não instalação de Conselho Fiscal da Companhia. **5. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** Foram aprovadas as seguintes matérias: (i) a constituição da Companhia, sob a forma de S.A. de capital fechado; (ii) a subscrição, pela acionista Eliane Rosa Encarnação, de 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, e pelo acionista Aluisio Giannattasio Reis, de 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, conforme detalhado no Boletim de Subscrição anexo a esta ata (**Anexo I**); (iii) o texto do Estatuto Social anexo à presente ata (**Anexo II**), o qual regerá a Companhia, e já incorpora a deliberação tomada no item (v) abaixo; (iv) a eleição por unanimidade e sem reservas, para um mandato de 2 anos, de **(a) Eliane Rosa Encarnação**, acima qualificada, para ocupar o cargo de Diretora Presidente da Companhia; e **(b) Aluisio Giannattasio Reis**, acima qualificado, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, os quais tomam posse em referidos cargos na presente data mediante a assinatura dos respectivos termos de posse (**Anexo III**). Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos por lei especial de exercerem a administração da Companhia; e (v) a dispensa da instalação do Conselho Fiscal para o presente exercício social. **6. Encerramento:** Como nada mais havia a ser tratado, a Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual lida e posta em discussão, foi aprovada pelos acionistas fundadores da Companhia. **7. Assinaturas: Acionistas:** Eliane Rosa Encarnação e Aluisio Giannattasio Reis. **A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Eliane Rosa Encarnação: Presidente, Aluisio Giannattasio Reis: Secretário. Visto do Advogado: Matheus Cestari Mota – OAB/SP nº 354.376. Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, que opera sob a denominação de **VQC Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") e é regida pelo presente Estatuto pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, 1.304, conjunto 413, sala 18, CEP 01424-906, podendo estabelecer filiais, agências ou sucursais no território nacional, por deliberação de Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades como quotista, acionista ou de qualquer outra forma. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é por prazo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ Único.** Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** Os acionistas terão direito de preferência para a aquisição das ações detidas pelos demais acionistas, caso estes desejem transferi-las ou aliená-las a terceiros ou aos demais acionistas. **Capítulo III – Órgãos da Companhia. Artigo 7º.** São órgãos da Companhia: (a) Assembleia Geral; e (b) Diretoria. **Capítulo IV – Administração. Artigo 8º.** A administração da Companhia será exercida pela Diretoria, a qual é investida de todos os poderes necessários à consecução de seus objetos sociais, sendo sua atuação regulada pelas normas estabelecidas neste Estatuto Social e na Lei das S.A. **§ 1º.** A remuneração global e individualizada dos membros da Diretoria da Companhia (incluindo os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação) será fixada pela Assembleia Geral, sempre tomando como diretriz o valor praticado no mercado e o orçamento da Companhia. **§ 2º.** No caso de substituição de Diretores no decurso do mandato da Diretoria, a Assembleia Geral poderá fixar os honorários dos substituídos nos mesmos montantes dos que vinham sendo pagos ou creditados aos substituídos, podendo, se for o caso, nesta mesma oportunidade fazer o reajuste dos honorários dos demais diretores. **§ 3º.** Os administradores serão investidos em seus cargos no ato de sua eleição, mediante a assinatura no termo de posse no livro próprio dentro dos 30 dias de se seguir a sua eleição. Os administradores serão dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por 1 Diretor Presidente e 1 Diretor sem designação específica, ambos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida reeleição. **§ Único.** Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Diretor durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será nomeado pelos acionistas que o elegeram. **Artigo 10.** Compete aos Diretores a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele. Todos os atos, documentos, contratos e papéis que envolvam responsabilidade para a Companhia serão implementados e/ou assinados: (a) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor sem designação específica, agindo isoladamente; (b) por 02 procuradores devidamente constituídos, desde que assim previsto nos respectivos instrumentos de mandato e somente de acordo com a extensão dos poderes a eles conferidos. **§ Único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas nos termos do Artigo 10, item (a) acima, e deverão mencionar expressamente os poderes conferidos aos procuradores e conter um período de validade determinado que não poderá exceder 1 ano, exceto para as procurações com a finalidade de representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais movidos pela Companhia ou em face dela, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 11.** É vedado aos Diretores e aos procuradores o uso da denominação social em negócios e documentos alheios ou estranhos aos interesses da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévios e expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Capítulo V – Assembleia Geral. Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **Artigo 13.** As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, quando entenderem conveniente ou necessário. As Assembleias Gerais também poderão ser convocadas nas demais hipóteses previstas na Lei das S.A. **§ Único.** Observadas as formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais mediante comunicação escrita, enviada por carta ou fax, endereço eletrônico, ou outro meio, com prova de recebimento, com, no mínimo, 8 dias de antecedência da data marcada para sua realização, em primeira convocação, e 5 dias de antecedência da data marcada para sua realização, em segunda convocação. A convocação será dispensada se estiverem presentes todos os acionistas. **Artigo 14.** As Assembleias Gerais somente serão instaladas com a presença de acionistas detentores de ações representativas da maioria absoluta do capital social da Companhia. **Artigo 15.** Todas as deliberações em Assembleias Gerais deverão observar o quórum mínimo previsto para elas na Lei das S.A. **Artigo 16.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente, e o Secretário será o Diretor sem designação específica. Na ausência do Diretor Presidente, o Diretor sem designação específica assumirá a presidência da Assembleia Geral e escolherá o Secretário para a formação da mesa, que poderá ser acionista ou não. Na ausência do Diretor sem designação específica, o Diretor Presidente da Assembleia Geral escolherá o Secretário para a formação da mesa, que poderá ser acionista ou não. **Artigo 17.** Os acionistas presentes se identificarão e assinarão o "Livro de Presença de Acionistas". **Artigo 18.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por mandatário constituído na forma da lei. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 19.** O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **§ Único.** O Balanço Patrimonial, a Demonstração de Lucros e Perdas e as demais Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei serão encerradas regularmente no último dia contábil do mês de dezembro de cada ano, podendo, no entanto, ser levantados balanços e elaboradas demonstrações financeiras intermediárias, a critério dos acionistas, para atender aos interesses dos negócios sociais e legislação pertinente. **Artigo 20.** O dividendo mínimo obrigatório anual da Companhia será de 25% dos seus lucros líquidos, depois de deduzidas as perdas acumuladas, as provisões para reserva legal para o imposto de renda, e depois de feitos os ajustes referidos no artigo 202 da Lei das S.A. **§ Único.** Os dividendos atribuídos não vencerão juros, e caso não sejam reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 21.** O Conselho Fiscal será composto de 03 membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§ Único.** O Conselho Fiscal terá seu funcionamento em caráter não permanente e será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em Lei. **Capítulo VIII – Liquidação da Companhia. Artigo 22.** A Companhia entrará em liquidação nos casos e na forma prevista em Lei, ou por deliberação de acionistas representando, no mínimo 70% do capital social. **§ Único.** Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, competirá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a instalação do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação. **Capítulo IX – Disposições Finais. Artigo 23.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável. **Artigo 24.** A Companhia e seus Diretores deverão observar, a qualquer tempo, todos os termos e condições de acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia. **Artigo 25.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Estatuto. **Eliane Rosa Encarnação:** Presidente da Mesa; **Aluisio Giannattasio Reis:** Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.569.091 em 21/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

Mineração e Agropecuária Pedra Grande S.A.

CNPJ/ME nº 03.468.220/0001-32 – NIRE 35.300.459.504
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecer à Assembleia realizada na forma Digital, no dia 28/09/2021, às 10h30, a fim de deliberar sobre: (i) redução do capital social da Companhia, com o objetivo de compensar os prejuízos acumulados; (ii) aumento do capital social remanescente; (iii) grupamento de ações de emissão da Companhia, de 10 para 1; (iv) transformação do tipo societário da Companhia de Sociedade por Ações para Sociedade Empresária Limitada; e (v) aprovação do Contrato Social e eleição dos administradores. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas participarão a distância, via sistema eletrônico Microsoft Teams. I. O acesso deverá ser solicitado através de e-mail endereçado para: RBF@machadoassociados.com.br. II. Recomenda-se a instalação, com ao menos 24h de antecedência no início da assembleia, do aplicativo, por meio do endereço https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app. III. Para o registro da presença, a transmissão será de áudio e vídeo. IV. A fim de evitar atrasos, recomenda-se que (iv.1) os acionistas façam testes com o Microsoft Teams e (iv.2) o acesso ao link se dê com, no mínimo, 10 minutos de antecedência do início da Assembleia. V. Caso o participante necessite assistência, deverá entrar em contato pelo telefone: (11) 3093-4820. VI. Eventuais manifestações por escrito deverão ser encaminhadas até o final das assembleias para o e-mail RBF@machadoassociados.com.br e serão arquivadas no livro da Companhia. VII. O conclave será integralmente gravado pelo secretário e a gravação arquivada na sede da Companhia. 2. A Companhia não se responsabilizará por problemas em equipamentos, incompatibilidade do sistema ou da conexão, assim como por quaisquer outras situações fora do seu controle. 3. Para participar na Assembleia, os Srs. Acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e instrumento de procuração, devidamente regularizado. Estes documentos deverão ser apresentados até 30 minutos antes do início da assembleia no seguinte endereço: RBF@machadoassociados.com.br. 4. Os acionistas que participarem via Microsoft Teams serão considerados presentes à Assembleia. São Paulo, 15/09/2021. **José Francisco de Sá Ribeiro:** Diretor Presidente. (16, 17 e 18/09/2021)

Ruya Participações S.A.

CNPJ/ME nº 09.088.145/0001-60 – NIRE 35.300.346.114
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/09/2021
 Nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecer à AGO da Companhia que será realizada na forma Digital, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 55, de 02/06/2021, no dia 24/09/2021, às 10 h., a fim de deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, publicadas no DOE-SP e no jornal O Dia-SP em 31/07, 01 e 02/08/2021; (ii) deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos do referido exercício e distribuição de dividendos aos acionistas; e (iii) eleger os novos membros da Diretoria da Companhia. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas participarão da AGO a distância mediante atuação remota via sistema eletrônico denominado Teams, conforme informações de acesso e funcionamento detalhadas em e-mail a ser enviado aos acionistas conforme instruções abaixo. I. Recomenda-se a instalação, com ao menos 24 horas de antecedência no início da assembleia, do aplicativo gratuito, para desktop ou dispositivo móvel. II. Para o registro da presença, o participante deverá realizar a transmissão de áudio e vídeo, como forma de possibilitar a identificação dos participantes. III. A fim de evitar atrasos, recomenda-se que o acesso ao link se dê com, no mínimo, 10 minutos de antecedência ao horário de início da reunião. IV. As informações de acesso a serem enviadas são de uso exclusivo dos sócios, seus procuradores e representantes legais, intransferível e que não poderão ser divulgadas a terceiros. 2. Para participar na Assembleia, os Srs. Acionistas deverão enviar, preferencialmente até 2 dias antes da data de realização da Assembleia, mas com aceitação até 30 minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, para o e-mail RBF@machadoassociados.com.br, os seguintes documentos: (i) comunicação confirmando a participação na respectiva reunião para recebimento das informações de acesso; (ii) documento hábil de identidade do acionista ou de seu(s) representante(s); e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, acompanhado de cópia do documento de identidade com foto do procurador. 3. A Companhia não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática, incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do acionista ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. São Paulo, 14/09/2021. **Maria Helena Ribeiro Noll – Diretora.** (15, 16 e 17/09/2021)

Altman Participações, Administração e Negócios S.A.

CNPJ/ME nº 04.024.283/0001-62 – NIRE 35.300.367.901
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas
 Ao 01/04/2021, às 10:00 horas, na sede social, reuniram-se os acionistas detentores das ações representativas da totalidade do capital social, sendo dispensadas as publicações da convocação por intermédio da imprensa. **Convocação/Presença:** Totalidade. Balanço encerrado em 31/12/2020 é dispensado de publicação conforme artigo 294, Inciso II, da Lei de Sociedade por ações. Mesa: Fernando Steven Ullmann, Presidente. Miriam Berezovsky Ullmann, Secretária. **Foi deliberado, por unanimidade:** (i) Aprovar as demonstrações financeiras, incluindo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Resultado Abrangente relativos ao Exercício Social findo em 31/12/2020; (ii) aprovar que não haverá distribuição de lucros aos acionistas; e (iii) aprovar a reeleição para os cargos da Diretoria, para mandatos de 03 anos, com início nesta data e término em 31/03/2024, ou até a eleição de seus sucessores, de Fernando Steven Ullmann, RG nº 3.334.035-3 SSP-SP e CPF/ME nº 014.654.168-54, para o cargo de Diretor Presidente; e de Miriam Berezovsky Ullmann, RG nº 8.326.398-6 SSP/SP e CPF/ME nº 065.833.458-11, para o cargo de Diretora sem Designação Específica. Os diretores ora reeleitos tomam posse nos respectivos cargos por intermédio da assinatura dos Termos de Posse. Foi aprovada, pelos presentes, a lavratura desta ata na forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas presentes:** Fernando Steven Ullmann, Miriam Berezovsky Ullmann. **JUCESP –** Registrado sob o nº 202.93721-5 em 05/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

FS Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/ME nº 31.318.293/0001-83 – NIRE 35.300.520.505
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2021
Data, Hora e Local: Em 10/08/2021, às 9 horas, na sede da "Companhia", na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 2041, Torre D, andar 23, sala 8, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Sr. Roberto Bocchino Ferrari – Presidente; Rubens Cardoso da Silva – Secretário. **Ordem do Dia:** (1) a ratificação de deliberação tomada na AGE, de 11/08/2020, conforme ata registrada na JUCESP sob o nº 345.476/20-7 de 27/08/2020 para alterar o prazo de vencimento das Debêntures; e (2) a ratificação de todas as deliberações tomadas na AGE de 11/08/2020, bem como da AGE de 17/08/2020, conforme ata registrada na JUCESP sob o nº 378.889/20-5 de 15/09/2020, e não expressamente ratificadas pela presente assembleia geral. **Deliberações:** Os acionistas, aprovaram, por unanimidade e sem reservas: 1. Retificar as deliberações tomadas na AGE de 11/08/2020, para alterar o prazo de vencimento das Debêntures, passando o prazo de vencimento das Debêntures de 12 meses para 18 meses contados da data de emissão. 2. Ratificar todas as deliberações tomadas na AGE de 11/08/2020 e na AGE de 17/08/2020 e não expressamente ratificadas pela presente assembleia geral. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/08/2021. Assinaturas: Mesa: Roberto Bocchino Ferrari – Presidente; Rubens Cardoso da Silva – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 380.639/21-0 em 20/08/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ/ME nº 31.326.865/0001-76 – NIRE 35.300.520.513
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2021
Data, Hora e Local: Em 10/08/2021, às 9 horas, na sede da "Companhia", na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 2041, Torre D, andar 23, sala 10, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Sr. Roberto Bocchino Ferrari – Presidente; Rubens Cardoso da Silva – Secretário. **Ordem do Dia:** (1) a ratificação de deliberação tomada na AGE, de 11/08/2020, conforme ata registrada na JUCESP sob o nº 365.603/20-0 de 15/09/2020 para alterar o prazo de vencimento das Debêntures; e (2) a ratificação de todas as deliberações tomadas na AGE de 11.08.2020, bem como da AGE de 17/08/2020, conforme ata registrada na JUCESP sob o nº 378.966/20-0, de 15/09/2020, e não expressamente ratificadas pela presente assembleia geral. **Deliberações:** Os acionistas, aprovaram, por unanimidade e sem reservas: 1. Retificar as deliberações tomadas na AGE de 11.08.2020, para alterar o prazo de vencimento das Debêntures, passando o prazo de vencimento das Debêntures de 12 (doze) meses para 18 (dezoito) meses contados da data de emissão. 2. Ratificar todas as deliberações tomadas na AGE de 11.08.2020 e na AGE de 17.08.2020 e não expressamente ratificadas pela presente assembleia geral. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/08/2021. Assinaturas: Mesa: Roberto Bocchino Ferrari – Presidente; Rubens Cardoso da Silva – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 404.049/21-7 em 24/08/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bom Jardim Participações S/A

CNPJ/ME nº 61.231.494/0002-90

Demonstrativos de Resultados

	2020	2019
Receita Operacional Bruta	67.676	115.860
(-) Impostos sobre Vendas e Serviços	(19.985)	(26.942)
(=) Receita Operacional Líquida	47.691	88.919
(-) Custos Operacionais	(228.418)	(270.435)
Custos das vendas e serviços	(228.418)	(270.435)
(=) Resultado Operacional Bruto	(180.727)	(181.516)
(-) Despesas Operacionais	(39.553)	(1.283.310)
Despesas administrativas	(76.398)	(200.760)
Despesas financeiras	(687)	(20.940)
Despesas gerais	-	(2.810)
Despesas tributárias	(4.020)	(5.351)
Outras despesas operacionais	(21.436)	(1.321.402)
Receitas financeiras	35.259	236.664
Outras receitas operacionais	27.459	31.289
(=) Prejuízo Operacional	(220.280)	(1.464.826)
Outras receitas	-	6.085.818
Outras despesas	-	(4.998)
(=) Resultado antes do IR e da CSLL	(220.280)	4.615.994
(=) Resultado Líquido	(220.280)	4.615.994

	2020	2019
Fluxo de Caixa Gerado (consumido) pela Atividade de Financiamentos	-	1.839.542
	-	- 2.723.834
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(253.810)	884.292
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.723.834	1.839.542
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.470.024	2.723.834
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(253.810)	884.292

Isabel Paula Leite de Barros Mesquita – Sócio-Administrador
 Aristeu Ferreira Tolentino – Contador TC CRC 1SP 170.758/O-0

IstoéDinheiro

Demonstração de Fluxo de Caixa

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(220.280)	4.615.994
Lucro Líquido do Exercício	(220.280)	4.615.994
Ajustes do Lucro Líquido do Exercício proveniente das Atividades Operacionais:	-	10.671
Depreciação e Amortização	-	10.671
Lucro do Exercício Ajustado	(220.280)	4.626.665
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais	(25.610)	(55.950)
Clientes	14.079	(13.164)
Outros créditos	66.090	(41.013)
Tributos a recuperar	(20.302)	-
Estoques	(131.470)	-
Despesas Antecipadas	-	(446)
Fornecedores	11.751	(4.721)
Obrigações tributárias	(1.063)	8.745
Obrigações trabalhistas	24.622	-
Outras obrigações	10.683	(5.351)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva	Lucros/Prejuízos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Em 31/12/2018	1.418.830	283.766	3.714.836	5.417.432	
Distribuição lucro:	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	12.705	-	12.705
Lucros ou prejuízos do exercício	-	-	(220.280)	(220.280)	(220.280)
Em 31/12/2019	1.418.830	283.766	3.507.261	5.209.857	
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade Operacional	(245.890)	4.570.719	-	-	4.324.829
	-	- 1.313.577	-	-	- 1.313.577
Atividade de Investimentos	-	-	-	-	-
Ajuste exercícios anteriores	-	-	12.705	-	12.705
Ativos Investimento, Imobilizado e Intangível	-	-	(20.625)	-	(20.625)
Fluxo de Caixa Gerado (consumido) pela de Investimentos	(7.920)	(5.000.000)	-	-	(5.007.920)
	-	- 884.292	-	-	- 884.292
Atividades de Financiamentos	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucro	-	-	-	-	-

Negócios

Luiza Trajano, dona da Magazine Luiza, é eleita uma das 100 pessoas mais influentes pela revista Time



A empresária Luiza Helena Trajano foi eleita pela revista americana Time uma das cem pessoas mais influentes do mundo. Ela é a única brasileira na lista da edição de 2021, que foi divulgada nesta quarta-feira. O presidente Jair Bolsonaro, que estava na seleção do ano passado, ficou de fora dessa vez.

Luiza Trajano aparece na categoria “titãs”, ao lado do presidente da Apple, Tim Cook, e da ginasta americana Simone Biles.

Outros nomes que aparecem no rol dos mais influentes neste ano são o príncipe Harry e sua esposa, Meghan, o presidente americano, Joe

Biden, e sua vice, Kamala Harris, e o ex-presidente dos EUA Donald Trump.

O líder chinês, Xi Jinping, e o líder Talibã Abdul Ghani Baradar também estão na seleção de 2021, assim como o empresário Elon Musk e o ator francês Omar Sy, protagonista da série Lupin do Netflix.

O texto na revista sobre a trajetória da fundadora do Magazine Luiza (Magalu) é assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que também já esteve na lista da Time.

Lula ressalta o papel que a empresária teve no combate à Covid-19, que já matou mais de 580 mil pessoas no país e fez o Brasil mergulhar

em uma recessão. “Num tempo em que o governo federal brasileiro minimizava os riscos da pandemia, Luiza corajosamente defendeu a urgência da vacinação”, escreveu.

Ele frisou que o Magalu ajudou pequenas empresas a adaptarem seus negócios ao comércio digital, provendo uma plataforma para que elas pudessem vender seus produtos.

O ex-presidente destacou ainda que Luiza Trajano criou o Mulheres do Brasil, um grupo não partidário que defende a maior participação feminina no mercado de trabalho e nas decisões políticas e que dá suporte a vítimas de violência doméstica. O Globo

Gol terá aporte de US\$ 200 mi da American Airlines; entenda o acordo



A Gol (GOLL4) anunciou ao mercado nesta manhã de quarta-feira, 15, a expansão de sua cooperação comercial com a American Airlines por meio de um acordo de codeshare exclusivo pelos próximos três anos.

Como parte do acordo, a Gol receberá da American Airlines um investimento em equity de 200 milhões de dólares (1,05 bilhão de reais). A American Airlines passa a deter 22,2 milhões de ações preferenciais recém-emitidas da Gol, com uma participação de 5,2% da companhia. As informações foram divulgadas pela Gol em fato relevante.

O preço por ação na operação será de 9,00 reais, com prêmio de 23% em relação

aos 7,32 reais de fechamento desta terça-feira. Nos últimos 12 meses, o papel acumula uma queda de 8,16%.

O codeshare representa um acordo de compartilhamento de voos entre companhias aéreas, ou seja, o cliente pode comprar a passagem pela American Airlines e viajar com o avião da Gol.

Segundo a companhia brasileira, a exclusividade adicionada ao codeshare aumenta as oportunidades de viagens dos passageiros e melhora a posição competitiva da Gol nas rotas que conectam América do Sul e Norte.

“Acreditamos que isso fortalecerá ainda mais a presença da Gol nos mercados internacionais, acelerará nosso crescimento de longo pra-

zo e maximizará o valor para nossos acionistas. Também ratifica a confiança no crescimento da companhia conforme a economia se reabre e a demanda por viagens aumenta”, afirma no documento o CEO da Gol, Paulo Kakinoff.

Em vigor desde fevereiro de 2020, os voos da parceria atualmente operam nos hubs da Gol em São Paulo e no Rio de Janeiro, integrando 34 opções de rotas brasileiras e internacionais, como é o caso de Montevidéu, no Uruguai.

O aprofundamento da parceria da American com a Gol é um desfecho natural depois que a Delta Airlines deixou a companhia brasileira, no fim de 2019, para assumir um investimento na chilena Latam. Exame

A solução do Mercado Livre para engajar clientes pode estar dentro de casa

A primeira batalha de qualquer plataforma digital é ganhar escala, conquistar milhões de usuários. A segunda é fazer com que esses usuários sejam ativos — e aí é que mora o maior desafio. O Mercado Livre, que tem 388 milhões de usuários registrados em toda a América Latina, segundo estimativa do Bank of America (BofA), não tem conseguido garantir que a maior parte deles use a plataforma com frequência.

Para começo de conversa, uma fatia relevante é formada por usuários que têm mais de uma conta. De acordo com os cálculos do banco americano, a companhia argentina deve ter cerca de 194 milhões de pessoas realmente cadastradas, a metade. Ainda assim, trata-se de uma base significativa, que equivale a dois terços da população economicamente ativa da região.

Mesmo que uma base menor seja tomada como referência, o número de usuários ativos, de 77 milhões no segundo trimestre,

não chega à maioria. Dos 194 milhões estimados pelo BofA, 39% fizeram transações na plataforma entre abril e junho e somente 8% usaram o Mercado Pago, a fintech de pagamentos da empresa, calcula o banco.

Se quiser melhorar esses números, o Mercado Livre talvez não precise inventar a roda. Para os analistas do Bank of America, a solução pode estar dentro de casa, com o Mercado Pontos, o programa de fidelidade do Mercado Livre que passou por modificações.

O Mercado Pontos é um programa de fidelidade no qual os consumidores do Mercado Livre vão subindo de nível à medida que vão comprando mais na plataforma. Não vale, portanto, para os vendedores. Para chegar ao nível 6, o mais alto, um comprador precisa gastar pelo menos R\$ 13,5 mil em um ano. Para subir ao nível 2, R\$ 300. Quanto maior a pontuação, mais benefícios o usuário pode ter, como ter acesso a entregas com frete grátis a partir de determinada quantia. Neofeod